

TODO O PODER À AVALIAÇÃO!

José Chrispiniano
Jornalista

Implantada no governo de Fernando Henrique Cardoso, e pelo menos até agora mantida no essencial pelo governo Lula, nos últimos 10 anos a chamada “cultura da avaliação” passou a vertebrar e condicionar todo o fazer acadêmico nas universidades públicas, levando-as a operar com a mesma lógica do capital privado de aferição da produtividade



Avaliações, formulários, conceitos, publicações, indicadores que condicionam a carreira acadêmica. Programas 3, 4, 5, 6 e 7. Graduação A, B, C, D e E. Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Revistas indexadas A, B, e C, de circulação local, nacional, internacional. Fator de impacto. “Ninguém fala o que um cientista é, o que ele fez. Ele é um cientista 1A, 1B, ‘publicou na *Nature*’, mas as pessoas não sabem o que publicou. Não acho ruim publicar em revista internacional, acho importante. O problema é o excesso disso, a deturpação. E nossos jovens estão sendo treinados neste exemplo”. Opinião do professor Leopoldo de Meis, do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, externada em palestra na Faculdade de Odontologia da USP, em outubro de 2005. De Meis publicou ele próprio um artigo na *Nature* justamente sobre estresse e competição na comunidade acadêmica.

Nos últimos 10 anos, a chamada “cultura da avaliação” no ensino superior — graduação e pós-graduação, com impacto sobre a pesquisa — tornou-se tema corrente do discurso dos governos e dos gestores das universidades. Apesar de o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub) e similares existirem antes da gestão Paulo Renato de Souza no Ministério da Educação (MEC), e de a avaliação da pós-graduação pela Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) haver se iniciado em 1976, foi a partir do governo Fernando Henrique Cardoso que a obrigação de se notificar, ranquear, tabelar, hierarquizar, reduzir prazos e aumentar a produção de professores e alunos começou a tomar mais espaço e exercer crescente pressão sobre a vida acadêmica.

Um dos motores desta cultura produtivista, no governo FHC, era a percepção de que haveria gran-

*Mesmo
para Leopoldo
de Meis, que considera
excelente o trabalho da Capes,
o estrangulamento de recursos
está levando a pressão insuportável
sobre os que estão dentro do
sistema, e deixando gente
qualificada de fora*

de ineficiência e uma baixa relação número de alunos/professor nas universidades públicas. Percepção enunciada, por exemplo, no documento “Avaliação do sistema educacional brasileiro – Tendências e Perspectivas”, de 1998, assinado por Maria Helena Guimarães de Castro, então presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do MEC responsável pelos censos educacionais e pela avaliação de todos os níveis de ensino até

a graduação. “A expansão do setor público, para que pelo menos seja mantida a proporção atual (de 60% de alunos nas privadas e 40% nas públicas), passa necessariamente pelo aumento da eficiência do sistema, eliminando-se a capacidade ociosa existente”, pontifica Maria Helena naquele texto.

A era da “cultura da avaliação” tem resultado em número crescente de mestres e doutores formados e artigos publicados, ao mesmo tempo em que o contingente de docentes responsável por essa produção ascendente tem-se reduzido nas universidades federais e estaduais, que concentram, principalmente doze delas, a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Mas o diretor de avaliação da Capes, professor Renato Janine Ribeiro, considera que o “apelo ao voluntarismo” da dedicação docente chegou ao limite: “Não dá para continuar apertando a comunidade sem repor vagas, sem designar novas verbas” (**vide entrevista na p. 36**).

O acesso a bolsas e outros recursos financeiros para pesquisas depende da avaliação dos programas de pós-graduação, feita a cada três anos pela Capes. Para continuar funcionando, os programas precisam obter no mínimo nota 3, em escala que vai até 7. Há um peso relativo na importância da nota para concessão de bolsas, conforme o tempo e a localização geográfica do programa. Programas mais recentes ou situados em regiões mais afastadas têm um índice de compensação.

São vários os fatores da nota — estrutura curricular, atividades

de pesquisa, formação, integração com a graduação, infra-estrutura — que, no entanto, variam de peso em cada área de conhecimento da Capes, e são definidos pelos respectivos comitês científicos, os comitês de área. Essencial para se conquistar uma boa avaliação é o número de artigos publicados em revistas científicas de prestígio, que indicaria a qualidade da produção intelectual do programa.

Os artigos recebem uma classificação de acordo com a revista em que são veiculados. Os periódicos são classificados pelo *ranking* denominado “Qualis”, que é definido, em cada área, pelo mesmo comitê que avalia os programas. O peso maior é dado às principais revistas internacionais, em especial norte-americanas. Um dos fatores mais importantes na definição do Qualis, às vezes praticamente o único, é o *fator de impacto*, calculado pelo número de vezes em que um artigo é citado em outros artigos de revistas indexadas, um cálculo feito pelo The Institute for Scientific Information (ISI), uma divisão da Thomson Corporation, gigantesca empresa norte-americana avaliada em 2003 em US\$ 7,6 bilhões, e que se especializou em serviços para pesquisas e gerenciamento de conhecimento.

Em tese, segundo a empresa, o *fator de impacto* existe justamente para relativizar o valor de se publicar em um periódico de maior ou menor prestígio. Há quem acredite, como o pesquisador polonês Piotr Dobosz (*Folha de S. Paulo*, 8/10/2005, p. A8), que seu efeito é justamente o contrário, que ele se auto-referencia, ao concentrar

cada vez mais os melhores artigos em um punhado de revistas. O próprio criador do fator, Eugene Garfield, afirma que ele tem que ser usado em avaliações com uma série de precauções. “O fator de impacto não deve ser usado sem cuidadosa atenção para os muitos fenômenos que influenciam os índices de citação”, escreveu em ensaio disponível na página eletrônica da ISI/Thomson.

Para se obter bom número de artigos publicados, nas revistas tidas como relevantes pelo sistema de avaliação, é necessário possuir recursos para a pesquisa e bolsas de estudos para pós-graduandos, sendo importante a disputa pelos alunos com trabalhos mais promissores e dedicação exclusiva, capazes de, em tempo cada vez menor de mestrado e doutorado (em geral dois anos de mestrado, quatro de doutorado), publicarem o máximo possível. E contar com linhas de pesquisa afinadas com os conselhos editoriais das principais publicações do setor, definidas segundo os critérios acima.

Este é o ciclo: mais recursos, mais publicações, melhor avaliação, novamente mais recursos. Um ciclo virtuoso? “Ou você está dentro do sistema, ou está fora”, sintetizou a professora Suely Villela, meses antes de tornar-se reitora da USP. Mas qual é o tamanho do sistema? Suas regras? Quem as define? Com que objetivos? E quem exatamente está sendo colocado para fora do sistema?

Mesmo para Leopoldo de Meis, que considera a avaliação e o trabalho da diretoria da Capes excelen-

tes, o estrangulamento de recursos está levando a uma pressão insuportável sobre os que estão dentro do sistema, e deixando muita gente qualificada de fora. “A ciência brasileira, que é muito recente, corre o risco de entrar em declínio, antes de ter chegado ao seu apogeu”.

Para ilustrar, de Meis cita um edital do CNPq que teve 437 projetos apresentados, 267 deles considerados meritórios. Mas havia recursos para apenas 20. Neste ambiente de crescente gargalo da pesquisa e da pós-graduação, a diferença entre os que têm e os que não têm seus projetos aprovados reside em aspectos cada vez mais insignificantes. A busca de recursos e a aceitação ou não de artigos em revistas de prestígio, ambos diretamente vinculados, tornam-se uma pressão cada vez maior, uma constante validação ou não do *status* do pesquisador. “Ser ou não ser um cientista reconhecido é um ritual que se repete constantemente, a cada edital. Se parar de publicar, você perde a bolsa, não ganha mais auxílio. É ejetado do sistema, não interessa o que você fez no passado. O que interessa são os últimos dois, três anos”.

Segundo de Meis, o autor de um projeto rejeitado internaliza a culpa, como se fosse um fracasso pessoal. Quando, na realidade, a falta de concursos e recursos está barrando recursos humanos e projetos científicos qualificados, vitais para a expansão de um sistema de pesquisa e pós-graduação em um país como o Brasil.

Elisa de Campos Borges, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), entende

que a pressão da Capes também se reflete nos estudantes. “A quantificação exagerada de publicações para fins de pontuação vem promovendo um ambiente demasiadamente competitivo dentro da academia, nocivo às iniciativas criadoras dos estudantes e dos pesquisadores. Todos os alunos de pós-graduação vivem em seu cotidiano a dificuldade de conseguir publicar textos científicos em muitas revistas, pois o acesso a muitas delas é restrito a determinados pesquisadores, universidades, programas e temas”. Cobrança não só para publicar mais, como para concluir o curso cada vez mais rapidamente. “A pressão é imensa, principalmente por parte dos programas que não querem ver-se perdendo na pontuação geral da Capes e passam a pressionar o aluno a cumprir todos os prazos, independentemente de se a pesquisa vai ter qualidade ou não”.

“Ou você está dentro do sistema, ou está fora”... A frase de Suely Villela, dita quando ainda exercia o cargo de pró-reitora de Pós-Graduação da USP, adverte: o sistema, cada vez mais implacável, não aceita meios-termos e resistências. Mas não se pense que a Reitora da USP coloca-se entre os opositores da “cultura da avaliação”, pelo contrário.

Suely considera, por exemplo, que os avanços tecnológicos permitem a redução dos prazos de titulação. “Uma pesquisa de referências bibliográficas, que levava dias na biblioteca, hoje pode ser feita em minutos no computador”. O ambiente da pós-graduação atualmente é bem

diferente daquele em que ela própria fez o mestrado. “Fiz em quatro anos, comecei em agosto de 1977. Não havia naquela época esta pressão. Quando olho para os quatro anos do meu mestrado — não era necessário, fiquei um bom tempo perdida. Hoje tem um aspecto extremamente positivo. Quando o aluno chega, os programas colocam a realidade da pós-graduação, o contexto em que o programa se insere e o que se espera dele, porque o desempenho dele ali vai se reverter no conceito do pro-

“Os programas que não querem ver-se perdendo na pontuação geral da Capes passam a pressionar o aluno a cumprir todos os prazos, independentemente de se a pesquisa vai ter qualidade ou não”, critica a ANPG

grama. É extremamente importante hoje envolver o aluno neste contexto”, afirma ela, para quem “a avaliação está implícita em tudo aquilo que nós fazemos, porque há uma cobrança da sociedade de como você está investindo estes recursos”.

Mas os críticos do sistema, ou de suas distorções mais flagrantes, colecionam argumentos contundentes. Em entrevistas que realizou com estudantes dos chamados centros de excelência, de Meis identificou que

o rito de passagem, de conclusão do trabalho, é muito mais a aceitação do artigo pelo comitê editorial de uma revista, do que a aceitação da dissertação ou tese pela banca. O espaço de definição do valor acadêmico passa a ser outro: aquele ditado pelo Qualis, que começou e ainda é definido pela Capes como algo que surgiu apenas como uma ferramenta do processo trienal de avaliação.

Márcio Pochmann, professor do departamento de Economia da Unicamp, considera que na sua área a avaliação valoriza publicações de uma determinada linha de pensamento em relação a outra, com forte influência na definição da “qualidade” do pesquisador. “Há um predomínio da visão mais ortodoxa, e de métodos econométricos. Existe uma discriminação no Qualis. Uma publicação em uma revista norte-americana é mais importante do que um livro. É uma discriminação ideológica na avaliação.”

O poder da avaliação define as principais linhas de pesquisa, onde é mais importante publicar e em que ritmo. Definição que vai do topo do sistema até os estudantes, passando pela pressão por notas e validação sobre os programas e seus docentes.

Para Miriam Limoeiro, socióloga e professora aposentada da UFRJ, a avaliação é central para se entender a reforma universitária que vem sendo implantada já há alguns anos, mesmo sem ser anunciada como tal. “A avaliação é a ponta de implementação e fortalecimento de uma reforma do ensino superior. Ela veio legitimar uma ‘meritocracia supos-

ta', mas não está medindo qualidade da produção. Você está medindo produtividade do capital investido. Você está fazendo a universidade pública operar com a mesma lógica do capital privado, do ponto de vista mercantil. Máximo de alunos por turma, de orientados por orientador, redução do tempo. Legítima e controla ao mesmo tempo". A universidade passaria assim, a funcionar por índices de produtividade.

A avaliação se torna um espaço de poder: "Hoje um coordenador de pós-graduação tem mais poder do que um chefe de departamento. Estas burocracias criadas para fazer a avaliação retornam para reformar a universidade através desta avaliação. Sem ruptura, este modelo vem da Ditadura Militar. Ela começa a implantar isso, que é um projeto mundial".

Coincidência ou não, a atual Reitora da USP não apenas comandou a Pró-Reitoria de Pós-Graduação como foi quem criou uma avaliação interna para melhorar os conceitos da USP na avaliação da Capes. Acaba de anunciar que pretende estender a avaliação à graduação (*Folha de S. Paulo*, 12/12/2005, p. A14). Seu principal adversário na disputa sucessória, o vice-reitor Hélio Nogueira da Cruz, chefia a Comissão Permanente de Avaliação da USP (CPA).

A CPA avalia os departamentos, com um assessor estrangeiro e outro de uma outra universidade brasileira. Já o Programa de Avaliação da Pró-Reitoria estabelece metas acadêmicas para que cursos aos quais a Capes atribui notas 3 e 4 melhorem sua posi-

ção (o que inclui treinamento para preenchimento de fichas) e metas de internacionalização para cursos 5, 6 e 7. Ou seja, nenhum programa escapa de ser avaliado. E o estímulo à internacionalização, com intercâmbio de docentes, projetos de pesquisa com universidades estrangeiras e publicação em revistas internacionais é uma recomendação política clara de ambas as avaliações, e cada vez mais da própria Capes.

Na USP a avaliação, individual e personalizada, e a revalidação cons-

tamentos, transferências, comissionamentos, nomeações, admissões, contratos, renovações de contratos e alterações de regimes de trabalho do pessoal docente da Universidade".

Dotada de poder discricionário, a CERT extrapolou a mera verificação do cumprimento dos regimes de trabalho, e passou a exigir desempenho acadêmico dos docentes com base em relatórios que também conferem forte importância à publicação, especialmente em revistas internacionais.

Em debate entre os candidatos à Reitoria, no processo sucessório de 2005 na USP, a CERT foi considerada por todos os cinco participantes, com diferentes gradações, possuidora de deficiências como a falta de democracia e da diversidade necessária para dar conta

"A avaliação é a ponta de implementação e fortalecimento de uma reforma do ensino superior. Ela não está medindo qualidade da produção, mas produtividade do capital investido", diz Miriam Limoeiro

tante do *status* dos docentes se dá pela atuação da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), que deveria fiscalizar exclusivamente o cumprimento ou não dos regimes de trabalhos pelos docentes. Com treze membros nomeados pelo Reitor, é a responsável, em tese, por uma extensa lista de funções, cabendo-lhe analisar e decidir, como reza sua página na Internet, sobre "ingressos, reingressos, permanências, exclusões, licenças, afas-



da complexidade da USP. Apesar disso, a natureza do órgão não foi questionada, sendo tais problemas dados como pontuais e passíveis de resolver na composição da CERT ou por meio da orientação a ser-lhe imprimida.

A avaliação torna-se um espaço de comparação internacional, o que se materializa na preocupação quanto a se o programa equipara-se aos seus congêneres nas universidades de ponta dos outros países, e inclusive na disputa de espaço nas mesmas revistas científicas. “Na hora em que colocaram a qualidade nestes critérios, internacionalizaram a ciência brasileira. Você tem que competir, sem os mesmos recursos, com os Estados Unidos”,



comenta de Meis. Outro problema seria a desvalorização dos próprios periódicos e espaços de ciência brasileiros. “Isso leva a uma cultura auto-depreciativa das revistas brasileiras, que não se fortalecem”.

“Hoje, a USP e a Unicamp se consideram seguras porque estão na frente deste sistema. Mas quando ele é internacionalizado, elas vão ter que ser comparadas com Harvard, Yale, Oxford, universidades que têm um projeto, querem formar conhecimento”, questiona Miriam Limo-

**A
avaliação
torna-se espaço de
comparação internacional, o
que se materializa na preocupação
quanto a se o programa equipara-
se aos seus congêneres nos outros
países, e inclusive na disputa de
espaço nas mesmas revistas
científicas**

eiro. “A gente tem que pensar em como nos inserimos neste mundo globalizado, o que esta sociedade requer de conhecimento e o que se está produzindo. E há um amesquinamento das discussões. Qual a importância destas universidades neste campo globalizado?”

É necessário equilibrar esta tendência, acredita Janine Ribeiro, sinalizando com a própria avaliação, quando se instaura um “indicador de solidariedade”. “É só considerarmos

e deixarmos claro que a cooperação entra positivamente na avaliação, então os programas não terão mais a tendência de virar as costas para o país”, arrisca ele. Janine considera essencial para a manutenção da expansão do sistema o estímulo à chamada “interiorização” da pós-graduação.

De Meis acredita que um dos fatores geradores de competição excessiva é justamente a tendência à disputa dos mesmos poucos lugares nas universidades de ponta, a pouca disposição dos jovens doutores em trabalhar em universidades menos tradicionais, fora dos grandes centros e possuidoras de programas mais recentes. Mas não é natural que os jovens pesquisadores, neste ambiente de *ranking*, procurem estudo e emprego nos programas 7 da USP, ao invés dos “nota 3” de uma universidade, seja ela em São Paulo ou na Amazônia, onde enfrentariam maiores dificuldades de recursos? Os jovens, observa Miriam, adaptam-se mais e mais a esta cultura da competição, classificação e produtividade. “Eles são mais suscetíveis a esta desqualificação. Eles têm mais medo. E por outro lado quem entra nisso tem vantagens materiais, recursos para sua pesquisa, viagens, carreira”.

As estratégias de competição (e mesmo de sobrevivência) geradas em tal ambiente começam a preocupar cada vez mais, tantas as distorções que se manifestam. “Você tem a formação de grupos que detêm o poder dentro das áreas, controlam os periódicos e práticas como a inter-citação (troca de citações para aumentar o fator de impacto do artigo), e

a produção em salame (fracionamento da divulgação da pesquisa para gerar o maior número de *papers* possíveis)”, aponta Miriam. A co-autoria pelo simples uso do laboratório também é uma prática crescente. “Tem gente que publica e não sabe nem o que publicou”, relata José Nicolau, do Centro de Pesquisa em Biologia Oral da Faculdade de Odontologia. “E isso foi produzido pelas agências”.

A Capes está tentando corrigir o que considera distorções do processo, procurando garantir a inclusão de livros na avaliação e dar maior peso às pesquisas com impacto em setores econômicos. Para impedir desvios e fraudes, confia na auto-regulação da própria comunidade científica. Entretanto, tudo indica que no governo Lula a concepção básica de avaliação, tanto na pós-graduação quanto na graduação, é essencialmente idêntica à da gestão FHC. É o que se depreende das declarações, colhidas pela *Revista Adusp*, de funcionários graduados do MEC.

“O governo passado conseguiu melhorar muito a pós-graduação”, declara o diretor de Avaliação da Capes, para quem o conflito político entre o governo atual e seu predecessor, na área da educação, resume-se à graduação e ao tratamento concedido às instituições privadas de ensino superior. Janine Ribeiro elogia a “fantástica” herança deixada por Paulo Renato: “Os professores começaram a orientar mais, a cobrar mais dos alunos e deu para aumentar muito o número de doutores que o Brasil titula por ano. O aumento

SOBRE O TEMA, REVEJA O QUE JÁ PUBLICAMOS!

- “Publicações, CERT e o Reitor: avaliação ilegítima, ilegal e persecutória”. *Revista Adusp* 22, março de 2001, p. 23.
- “Debate sobre Avaliação da Docência”. *Revista Adusp* 22, março de 2001, p. 33.
- “Fapesp, uma política controversa”. *Revista Adusp* 26, setembro de 2002, p. 6.
- “Capes em suspenso”. *Revista Adusp* 31, novembro de 2003, p. 6.
- “Certificação de professores: regulação e desprofissionalização do trabalho docente”. *Revista Adusp* 32, abril de 2004, p. 43.

Tudo indica que no governo Lula a concepção básica de avaliação, tanto na pós-graduação quanto na graduação, é essencialmente idêntica à do governo FHC

neste país tem sido de 10% a 15% ao ano no número de doutores e de mestres. Não tem país do mundo que faça isso”.

Assim, as mudanças levadas a cabo pela Capes no governo Lula, em particular na gestão de Jorge Guimarães, são pontuais e não colocam em questão o papel central conferido à avaliação pelos cânones do Banco Mundial. Mesmo a inexorável pressão para continuar reduzindo o tempo médio de titulação, pressão com a qual a

Capes afirma não ter mais nenhum compromisso, tem permissão para manter-se, caso assim resolvam os comitês de área.

Também Iara Xavier, coordenadora-geral de Avaliação Institucional e de Cursos do Inep, considera que o papel da gestão Paulo Renato na implantação da “cultura da avaliação” foi positivo: “Nós temos clareza de que hoje não estaríamos aqui se não tivéssemos estes oito anos”.

Na graduação, porém, os sinais emitidos pelo Inep são contraditórios com tal louvação. Dilvo Ristoff, diretor de Avaliação e Estatísticas da Educação Superior do Inep, anuncia claramente uma orientação oposta à adotada pelo governo anterior: garantir a educação como um direito e uma avaliação que não implique um *ranking* (vide p. 34).

“Há diferenças entre os governos”, considera Miriam, “mas eles encaminham esta questão da mesma maneira. Sempre priorizam a técnica, que mascara a questão do modelo”. Enquanto Janine Ribeiro considera que não há alternativas

para a avaliação de um sistema com 1.783 programas de pós-graduação e entre 30 mil e 40 mil artigos publicados por ano, para Miriam não se trata de discutir correções eventuais, mas de resolver uma questão de fundo. “Não é alternativa de modelo de educação, mas de universidade. Sou absolutamente contra fazer qualquer coisa que legitime este processo avaliativo. Esta avaliação veio do meio industrial. Até mesmo o uso deste termo, ‘avaliação’, eu sou contra. A gente tem que usar o termo qualidade do ensino, a defesa da qualidade do trabalho”.

A ANPG, por seu turno, defende maior abertura à participação dos estudantes de pós-graduação, inclusive nos comitês de área, que hoje não dispõem de representantes discentes, justamente por serem considerados de caráter exclusivamente técnico-científico. “Somente com análise numérica não se pode avaliar um curso. É preciso um acompanhamento sistemático de cada programa, ouvindo todas as partes envolvidas”, argumenta Elisa Borges. “É preciso levar mais em consideração na avaliação as instalações em geral, laboratórios, bibliotecas, número de bolsas do programa, as condições de trabalho dos professores, ou seja, avaliar todo o processo de produção e não só os resultados e as publicações. Isso no mínimo é uma visão limitada do desenvolvimento científico. Defendemos que haja critérios quantitativos mas também qualitativos”.

Segundo o sociólogo argentino Atilio Borón, os processos de refor-

ma em curso nas universidades latino-americanas repudiam a condição do intelectual e visam estabelecer critérios diferenciados de remuneração (Agência Carta Maior, “A academia abomina a condição intelectual?”, 31/8/2005). Um artigo publicado em revista norte-americana ou européia vale mais do que um livro publicado no país do autor, independentemente do conteúdo do artigo ou do livro. Um sistema de classificação mecânico, quantitativo, “objetivo” e cada vez mais poderoso.

Exemplo extremo de classificação de docentes por “castas” é a resolução do CNPq que estabelece novas diretrizes do Pibic, e que a USP “radicalizou” ao dividir os docentes em categorias de A a F

Exemplo extremo e didático de criação de sistemas de classificação de docentes por “castas” é a Resolução Normativa 015/2004 do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), que estabelece novas diretrizes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Graças a essa norma, deixaram de ser relevantes para a concessão de bolsas de iniciação o histórico escolar e o projeto do bolsista, o aluno de graduação, sendo importante apenas a classifi-

cação do orientador. Concedeu-se prioridade a “bolsistas de produtividade” CNPq e a orientadores de pós-graduação com nota igual ou acima de 5 na avaliação Capes. Reduziu-se a prioridade de bolsas a um universo de 7.800 “bolsistas de produtividade”, número muito inferior aos 35 mil orientadores de pós-graduação. Desse modo, docente que não tiver bolsa de produtividade terá poucas chances de obter para seus alunos uma bolsa de iniciação científica.

Ainda em 2004, a Pró-Reitoria de Pesquisa, a quem cabe distribuir as bolsas Pibic na USP, radicalizou a nova norma. Ela dividiu os docentes em categorias de A a F, de acordo com a nota dos respectivos programas de pós-graduação, o que vedou o acesso às bolsas de iniciação científica de programas inteiros, e às vezes áreas inteiras do conhecimento dentro da universidade. Isso levou a que, por um lado, orientadores de pós-graduação fossem considerados inaptos para orientar iniciação científica. Por outro lado, criaram-se “feudos” concentrados em programas com notas altas, que passaram a controlar ainda mais recursos. E foi invertida a relação orientador-aluno. Se antes um aluno com um bom projeto poderia escolher o professor com quem tivesse afinidade acadêmica, e obter uma bolsa para iniciar sua carreira de pesquisador, agora é o orientador que poderá definir para que alunos e que projetos distribuirá as bolsas a que ele tem direito.

As novas regras foram aliviadas em 2005, diante dos protestos contra suas desastrosas consequências. Na Escola de Comunicações

AVALIAÇÃO NA GRADUAÇÃO: O PODER DO MERCADO

Na graduação, onde a maior parte da oferta de ensino é privada, a avaliação não está diretamente relacionada à liberação de recursos. Na realidade, até hoje ela sequer conseguiu ter o poder de fechar cursos. O professor Otaviano Helene, que presidiu o Inep no início do governo Lula, considera que o forte poder político do setor privado no ensino superior ainda exerce uma grande influência sobre a avaliação. Ele se manifesta principalmente no modelo de avaliação por comparação do desempenho, que confere a nota por agrupamentos de um determinado percentual de escolas com desempenho semelhante. “O que acontece por comparação? Os cursos de Matemática, por exemplo, são dominados pelas privadas, a maioria deles cursos noturnos, que não exigem presença. A média deles era uma nota de 2,5, em uma escala de 1 a 10.”

Para Helene, vários cursos que apresentavam no Provão notas A e B tinham, mesmo assim, qualidade inaceitável. “Se mudar a avaliação na graduação, vai mostrar a realidade do ensino superior brasileiro, especialmente nas privadas. E parece que isso não pode ser mostrado. Essa avaliação não tem problema algum para elas. Sempre

podem manipular, mostrar o curso em que foram melhor. Com esta comparação, no mercado, você apenas estabelece o preço.”

A avaliação de cursos, feita através da visita de comissões, era, nas condições do Brasil, muito mais importante e necessária, segundo Helene (a USP nunca participou das avaliações, pois universidades estaduais não estão legalmente obrigadas a isso). Mas este instrumento ficou bloqueado por uma contestação jurídica das instituições privadas, que se opuseram a uma taxa instituída pelo MEC na gestão Paulo Renato para financiar a avaliação. Desta forma, e também por conta da grande presença do *ranking* formulado por ele na mídia, o Exame Nacional de Cursos, o popular Provão, acabou sendo a ferramenta mais influente do MEC naquela época. Ferramenta baseada na idéia de ranqueamento midiático das instituições, de competição, de segmentação do “mercado” do ensino superior, com a “opção” do estudante pela instituição, e da avaliação do “produto” final do ensino (no caso, o aluno), e não do processo. Além de uma pretensa objetividade “fria” da prova e do sistema.

Em 2004 o governo Lula apro-

vou a lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), que substitui os instrumentos de avaliação implantados no governo FHC. O Sinaes prevê a utilização de vários instrumentos de avaliação, entre os quais as comissões externas e a criação, em todas as instituições do chamado Sistema Federal de Ensino (que compreende não só as universidades federais, mas também as instituições particulares de ensino superior), de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA).

O Sinaes prevê a participação docente e discente, e um respeito maior à diversidade e aos projetos acadêmicos de cada instituição. Um aspecto interessante da lei que o institui é considerar como item da avaliação a “organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios” (artigo 3º, inciso VI).

O substituto direto do Provão no Sinaes é o Exame Nacional de Estudantes (Enade), que tem entre suas diferenças o fato de ser aplicado

e Artes, onde a nota 3 do programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação “rebaixou” um numeroso grupo de docentes, 31 deles ficaram sem bolsas Pibic

para seus alunos. No Instituto de Geociências, a Congregação decidiu encaminhar um recurso ao Conselho Universitário contra a iniciativa da Pró-Reitoria de Pesquisa.

“Esse foi o assunto que mais teve tempo de discussão no Conselho de Pesquisa. Nós diminuimos o peso da nota Capes, e nos critérios internos incluímos o projeto e o desempenho

em dois momentos: no primeiro e no último ano do curso de graduação. O professor Dilvo Ristoff, diretor de Avaliação e Estatísticas da Educação Superior do Inep, um remanescente da gestão de Helene no órgão, explica o que distingue o novo exame: “Os conceitos do Enade, diferentemente dos do Provão, são gerados a partir do desempenho de ingressantes e concluintes em uma prova de formação geral e do desempenho, com pesos diferenciados para os dois grupos na prova de conteúdo específico da área do conhecimento. O que interessa efetivamente é a diferença de desempenho, o crescimento na trajetória do aluno”.

O conceito atribuído ao desempenho dos alunos de um curso no Enade, esclarece Ristoff, fará parte do conjunto das dimensões utilizadas para avaliar o curso. “O conceito no Enade não é, pois, o conceito do curso, embora seja difícil, depois de oito anos de Provão, fazer com que algumas pessoas entendam isso. A padronização das notas justifica-se simplesmente pela necessidade de compatibilizar as diferentes culturas de nota das diferentes áreas do conhecimento com as especificidades de um exame de larga escala”. A professora Iara Xavier, coordenadora geral de Avaliação Institucional e de Cursos do Inep, completa: “No

modelo anterior, o eixo era o Provão. Hoje é a avaliação institucional, onde o mais importante é a auto-avaliação, feita pela CPA”.

Para Ristoff, o Sinaes encaixa-se no que ele afirma ser uma política do atual governo federal de expansão do acesso ao ensino superior com garantia de qualidade, da qual também faz parte na sua opinião o Programa Universidade para

Ristoff
sobre o Enade: “Somos
contra o ranking, não
fizemos ranking e declaramos e
escrevemos nos documentos oficiais
que consideramos errado fazer
ranking, principalmente com
base em uma prova”

Todos (ProUni, que oferece bolsas em instituições privadas em troca de isenção fiscal) e a abertura de novos *campi* federais.

Eventual desempenho insatisfatório no Sinaes forçará a instituição a firmar um termo de compromisso com o MEC. A não realização do termo de compromisso pode levar

a instituição ao descredenciamento, que fica sujeito porém à Câmara Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão onde permanece forte a influência das mantenedoras privadas.

Iara Xavier define o novo sistema como “transição paradigmática” do modelo anterior, como declarou em debate sobre avaliação promovido pela instituição privada UniFMU. “Nós não negamos a trajetória histórica. É uma evolução, sem negar o trajeto da avaliação”.

Instaurado recentemente, complexo, e de caráter mais cooperativo do que punitivo, não está claro se o que vai sobressair do Enade para a sociedade é um *ranking*, ou se o Sinaes conseguirá impor algum controle sobre a expansão e poder político do ensino superior privado.

Uma nova polêmica está posta. “Somos contra o *ranking*, não fizemos *ranking* e declaramos e escrevemos nos documentos oficiais que consideramos errado fazer *ranking*, principalmente com base em uma prova. Na divulgação do Enade, por exemplo, o Inep não fez *ranking*, mas sentimos dificuldades para convencer os representantes da mídia a não fazê-lo. A cultura do *ranking* é muito forte no Brasil e no mundo e vamos ter que aprender a melhor desconstruí-la”, fulmina Ristoff.

do aluno”, explica Raul Machado Neto, da Pró-Reitoria de Pesquisa. A escala agora vai de A a E, e outros tipos de indicadores, além de bolsa de produtividade, foram incluídos. Mas a

orientação básica que vem da norma do CNPq continua. Talvez a função didática, já que trata-se justamente de um programa de iniciação científica, seja ensinar que nesta “nova uni-

versidade” mais importante do que o mérito e a qualidade intrínseca de um trabalho é saber identificar e seguir o caminho dos professores marcados com a letra “A” e não com a “E”.